

PERSPECTIVAS DA CADEIA PRODUTIVA DO ARROZ IRRIGADO NO SUDOESTE DO RIO GRANDE DO SUL ¹

Marcelo Cervo Chelotti
FCT/ UNESP
Presidente Prudente/ SP
FAX: (18) 223 2227
e-mail: mchelotti@bol.com.br

Meri Lourdes Bezzi
CCNE/UFSM
Santa Maria/ RS
FAX: (55) 220 8388
e-mail: meri@oslo.ccne.ufsm.br

Resumo: A lavoura orizícola consolidou-se no espaço agrário gaúcho desde o início do século XX, sendo capaz de dividir espaços substanciais com a pecuária de corte extensiva, até então, principal atividade econômica do sudoeste gaúcho. A formação e organização da cadeia produtiva do arroz irrigado no decorrer do século XX esteve totalmente voltada para o abastecimento do mercado interno, formado principalmente pelos centros urbanos do sudeste brasileiro. Sua evolução deu-se de forma mais intensa após o processo de modernização da agricultura na década de 1970. Assim, nota-se que em 1960 eram cultivados (337.059 ha) de lavouras de arroz irrigado, em 1870 (420.627 ha), em 1980 (589.995 ha), em 1990 (664.730 ha) e em 2000 (952.539 ha) conforme o Instituto Rio-grandense do Arroz (IRGA), verificando-se uma significativa evolução em sua área cultivada. A lavoura orizícola desempenha um grande papel econômico no Rio Grande do Sul, principalmente na maioria dos municípios que compõem a Metade Sul do estado, sendo que no sudoeste é onde se encontra a maior área cultivada, ou seja, 50,2% do total do arroz irrigado cultivado no estado. Destacam-se como maiores produtores municípios como: Uruguaiana (58.290 ha) Alegrete (44.000 ha) São Borja (36.000 ha) e Dom Pedrito (34.900 ha), que possuem uma grande dependência econômica nos empregos e impostos gerados por essa lavoura, que na última década passou por profundas transformações em sua cadeia produtiva, devido a fuga de investimentos nesse setor. Assim, o que se verifica atualmente é o reflexo das políticas adotadas pelo Governo Federal em priorizar a importação em detrimento à produção interna de arroz.

1. Introdução

A lavoura orizícola² desempenha um grande papel social e econômico no Rio Grande do Sul, especialmente na maioria dos municípios que compõem o sudoeste gaúcho.

¹ Este artigo faz parte da monografia (Trabalho de Graduação A) apresentada ao Departamento de Geociências em janeiro de 2001, para a obtenção do grau de licenciado em Geografia/ Universidade Federal de Santa Maria/UFSM – RS.

² Refere-se ao cultivo de arroz irrigado em sistema de várzeas (por inundação), muito comum nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

No entanto, com a formação do Mercosul, a lavoura orizícola gaúcha começou a sofrer profundos impactos em sua cadeia produtiva, desestruturando-se em muitos casos, devido a grande competitividade das lavouras desenvolvidas na Argentina e no Uruguai.

Ressalta-se que essas economias regionais possuem características muito singulares entre si e que geralmente são afetadas quando ocorrem acordos comerciais que visam a integração regional.

Sendo assim, é nesse bojo que se encontra a lavoura orizícola gaúcha, que na última década passou por sérios problemas em sua cadeia produtiva, afetando diretamente o espaço agrário organizado por essa cultura especialmente em todo o sudoeste gaúcho³.

Nesta perspectiva, o presente estudo objetivou sistematizar o processo de evolução e consolidação da lavoura orizícola no sudoeste gaúcho verificando sua importância na organização desse espaço agrário frente aos mercados globalizados.

2. Inserção e evolução do espaço agrário constituído pela lavoura orizícola no estado do Rio Grande do Sul

A inserção do cultivo do arroz no estado do Rio Grande do Sul está associado ao início da colonização açoriana no século XVIII, baseada na pequena propriedade familiar, onde era cultivado basicamente para a subsistência. No entanto foi através da colonização alemã no início do século XIX, baseada em uma agropecuária especializada, que o arroz irrigado começou a ser cultivado.

No entanto, a produção de arroz irrigado em escala comercial passou a ser cultivado fora das áreas coloniais, ou seja, nas áreas de campo onde já ocorria a presença da pecuária de corte. Assim, as primeiras áreas a se dedicarem ao cultivo do arroz irrigado foram, a Depressão Central e o Litoral Ocidental da Lagoa dos Patos⁴, onde as condições geomorfológicas eram propícias para seu cultivo, ou seja, áreas planas com facilidade de captação de água para a irrigação. (FRAQUELLI apud BESCOW, 1986).

Portanto, a existência de recursos naturais favoráveis para o cultivo do arroz irrigado, bem como a predominância de extensos vales com muitos mananciais de água, foram fundamentais para possibilitar o surgimento e desenvolvimento da orizicultura no Rio Grande do Sul.

Possuindo características muito específicas para o seu cultivo, como o uso intenso de equipamentos para seu cultivo e irrigação, o arroz irrigado distinguiu-se das demais

³O sudoeste gaúcho é formado pelos seguintes municípios: Alegrete, Barra do Quaraí, Garruchos, Itaqui, Maçambará, Manoel Viana, Quaraí, São Borja, São Francisco de Assis, Uruguaiana, Rosário do Sul, Sant'Ana do Livramento, São Gabriel, Bagé, Dom Pedrito, Hulha Negra e Lavras do Sul.

⁴ A lavoura orizícola em grande escala, como exigia um certo grau de tecnologia foi impulsionada pelas reservas de capitais dos pecuaristas e profissionais liberais.

culturas que eram cultivadas nas áreas coloniais do Rio Grande do Sul. Para o seu cultivo era necessário possuir um mínimo grau de tecnologia, como a tração mecânica e técnicas de irrigação. Assim, o processo de irrigação pressupunha uma um suporte mecânico, com isso, a lavoura orizícola desde o seu início foi marcada pelo intenso uso de maquinários e implementos agrícolas, destoando das demais culturas que eram desenvolvidas no Rio Grande do Sul.

Desta maneira, os primeiros grandes investimentos na produção de arroz irrigado esteve associado à concentração de capital oriundo da classe pecuarista e setores da classe média das áreas urbanas. Assim, as primeiras lavouras de arroz irrigado estiveram sob domínio de famílias tradicionais, como por exemplo, os grandes pecuaristas e profissionais liberais.

Pode-se dizer então, que desde os primórdios da inserção da lavoura orizícola no Rio Grande do Sul, esta lavoura baseou-se na produção voltada para o mercado interno brasileiro, altamente associada a pecuária de corte, onde estas duas atividades econômicas começaram a dividir espaços e constituíram uma nova forma de exploração da terra. Com isso, durante os períodos de crise da pecuária de corte, uma das alternativas era arrendar parcelas da propriedade para o cultivo do arroz irrigado.

Inicialmente a constituição da lavoura orizícola em grande escala, deu-se basicamente em função da existência de uma classe média que possuía como objetivos, a ampliação do seu capital, geralmente acumulado da pecuária de corte.

A principal característica da lavoura orizícola gaúcha foi seu alicerce no arrendamento capitalista da terra, organizando-se basicamente a partir de três classes sociais: os proprietários fundiários (latifundiários), os arrendatários (donos das lavouras) e os assalariados rurais (mão-de-obra).

Assim, o arrendatário⁵, capitalista dedicado a orizicultura no Rio Grande do Sul, tornou-se proprietário de parcela dos meios de produção, ou seja, maquinários e equipamentos agrícolas. Em geral, arrendando a terra e a água, elementos naturais imprescindíveis para o cultivo da lavoura orizícola.

Destaca-se que o arrendamento capitalista na lavoura orizícola está associada a existência da propriedade privada da terra, ao fato de que esta é monopolizada por uma pequena parcela, geralmente os latifundiários pecuaristas. (BESCOW, 1986).

Assim, já no início do século XX, o espaço agrário gaúcho começou a conviver com novas relações de trabalho no campo, ultrapassando, dessa forma, as “porteiras das

⁵ O arrendamento capitalista da terra no Brasil começou com a lavoura orizícola no Rio Grande do Sul em meados de 1910, BESCOW (1986).

estâncias”, que possuíam a relação patrão e peão. Estas novas relações acarretaram grandes transformações, tanto de âmbito econômico quanto social.

Deve-se ressaltar, que apesar de sua constituição ter-se dado sob forma capitalista, com certo grau de tecnologia, a mão-de-obra no início do desenvolvimento dessa lavoura era bastante utilizada, constituído assim um grande mercado de força de trabalho.

No entanto, alguns acontecimentos significativos, tanto em nível estadual, nacional e internacional fortaleceram a constituição da lavoura orizícola no estado do Rio Grande do Sul, podendo-se citar, a primeira Guerra Mundial que favoreceu o fortalecimento da lavoura orizícola nacional.

Assim, a combinação de fatores como o crescimento do mercado interno do Brasil, a crescente urbanização, associado às condições favoráveis de mercados externos importadores de alimentos em função da primeira Guerra, foram os responsáveis pelo notável aumento da participação da produção de arroz gaúcho no mercado nacional.

Neste período, a escassez de alimentos na Europa, provocada pela Primeira Grande Guerra Mundial estimulou fortemente as exportações de alimentos do Brasil. Assim, foram tantos estímulos a produção de alimentos, que o Ministério da Agricultura em 1917, subsidiou os meios de produção a serem utilizados nas lavouras. Com essa expansão, a produção gaúcha tornou-se uma das principais fornecedoras de arroz.

Com isso, as elevadas taxas de crescimento da produção orizícola durante este período, estavam associadas ao alto grau de capitalização desta lavoura, possibilitando expressivos aumentos da área cultivada de uma forma bastante rápida. Ressalta-se ainda que, nas áreas onde era cultivado o arroz irrigado, a presença equipamentos agrícolas era muito intensa. Neste período, o estado do Rio Grande do Sul, concentrava a maior parcela de estoques de maquinários e equipamentos agrícolas.

Verifica-se então, a consolidação de uma agricultura voltada para o mercado interno que crescia em função de um mercado externo que necessitava uma grande demanda de gêneros alimentícios, onde este momento vivido pelo espaço agrário gaúcho é de suma importância, pois o Rio Grande do Sul tornava-se abastecedor de grande parcela de gêneros alimentícios, especialmente o arroz.

A evolução favorável das exportações de produtos agropecuários e agroindustrializados do Rio Grande do Sul destinados ao mercado interno estava estreitamente associada ao notável desempenho da economia agroexportadora na década de vinte e a retomada do crescimento industrial na década de trinta, sustentada em altas taxas de expansão dos produtos agrícolas. Este processo foi responsável pela expansão do mercado nacional consumidor de alimentos, aprofundando assim a divisão nacional do trabalho.

Fatores como os financiamentos agrícolas subsidiados via Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, transformação do sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul no Instituto Rio-grandense do Arroz (IRGA)⁶, intensificação do processo de industrialização via substituição de importações durante a Segunda Grande Guerra Mundial, que impossibilitou tradicionais países exportadores de arroz a comercializá-lo, abriram novamente mais mercados.

Na década de 1950, com a substituição das importações pelo processo de industrialização atrelado ao novo padrão de acumulação capitalista centrado nesta instalação e expansão da indústria, redimensionou a importância do setor agrícola destinados ao mercado interno, levando muitos autores a chamar o Rio Grande do Sul em “celeiro” do Brasil.

Outro período muito importante para a constituição da lavoura orizícola no Rio Grande do Sul, foi à política governamental do período pós 1964 de cunho modernizante - conservador, trazendo assim vários benefícios para os interesses da classe latifundiária e capitalista no campo.

Conforme BESCOW (1986) é implantado, então, um sistema de apoio às atividades agropecuárias baseadas no crédito volumoso e subsidiado para o custeio e investimento acoplado à pesquisa, à assistência técnica e outros serviços.

Assim, o processo de modernização da agricultura que começou a partir da década de 1960 acelerou a mecanização do campo, juntamente com o uso intensivo de agrotóxicos, favorecendo ainda mais a expansão da orizicultura para outras áreas do estado do Rio Grande do Sul, principalmente para o sudoeste gaúcho, regionalmente conhecido como Campanha Gaúcha, região que historicamente teve sua economia alicerçada na pecuária de corte, e que a partir do processo de modernização da agricultura passou a ser considerada área de expansão da lavoura moderna, especialmente o arroz irrigado.

3. As perspectivas da lavoura orizícola no sudoeste gaúcho frente ao mercado globalizado

O Rio Grande do Sul atualmente é responsável por mais de 40% da produção total de arroz do Brasil, e mais de 80% da produção nacional de arroz irrigado. Nos últimos dez anos conseguiu dobrar o volume de arroz produzido, tornando-se o principal supridor deste produto para os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e diversas capitais do nordeste e centro-oeste do Brasil.

⁶ O surgimento do Instituto Gaúcho do Arroz possibilitou uma maior consolidação desta lavoura no Rio Grande do Sul, via intervenção estatal.

Destaca-se que sua evolução em área cultivada e produtividade média por ha deu-se de forma mais intensa após o processo de modernização da agricultura na década de 1970. Nesse sentido, no ano de 1960 eram cultivados (337.059 ha) de lavouras de arroz irrigado, em 1870 (420.627 ha), em 1980 (589.995 ha), em 1990 (664.730 ha) e em 2000 (952.539 ha) conforme dados do Instituto Rio-grandense do Arroz (IRGA), assim verificando-se uma significativa evolução em sua área cultivada.

Como foi abordado anteriormente, a lavoura orizícola desempenha um grande papel sócio-econômico no Rio Grande do Sul, principalmente na maioria dos municípios que compõem a Metade Sul do estado, sendo que no sudoeste é onde se encontra a maior área cultivada, ou seja, 50,2% do total do arroz irrigado cultivado no estado.

Destacam-se como maiores produtores de arroz irrigado no Rio Grande do Sul, municípios como Uruguaiana, Alegrete, São Borja e, Dom Pedrito, localizados no sudoeste gaúcho e que possuem uma grande dependência econômica nos empregos e impostos gerados por essa lavoura.

Nesse sentido, de acordo com a tabela 1, pode-se verificar a produção de arroz irrigado no sudoeste gaúcho, bem como seus índices de produtividade média.

Tabela 1 – Produção de arroz irrigado na Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense no ano de 1995

Microrregiões Geográficas	Área cultivada (ha)	Produção (t)	Produtividade (t/ha)
Campanha Ocidental	265140	1415050	4308
Alegrete	44210	221015	4999
Barra do Quaraí*	-	-	-
Garruchos	2120	6300	3000
Itaqui	7100	355000	5000
Maçambará*	-	-	-
Manoel Viana	4000	20000	5000
Quaraí	9000	49500	5500
São Borja	42000	210000	5000
São Francisco de Assis	3530	17545	4970
Uruguaiana	89280	535680	6000
Campanha Central	61293	169265	4574
Rosário do Sul	20293	101465	3922
Sant'Ana do Livramento	11000	52800	4800
São Gabriel	30000	150000	5000
Campanha Meridional	55850	312010	5250
Bagé	18000	99000	5500
Dom Pedrito	34500	196650	5700
Hulha Negra	1400	7000	5000
Lavras do Sul	1950	9360	4800
Total	382283	1896325	4710

* Municípios criados após o ano de 1995

Fonte: Fundação de Economia e Estatística (FEE), 1995.

Org.: Chelotti, M.C. (2002)

Atualmente o cultivo de arroz irrigado no sudoeste gaúcho tem atingido altos níveis médios de produtividade, ou seja, superior a cinco toneladas por hectare (5,2 toneladas/há). Ressalta-se que essas taxas de produtividade estão associadas ao intensivo uso e introdução de tecnologias, caracterizando-se como uma lavoura altamente capitalista em seus meios de produção.

Ao comparar a área cultivada de arroz irrigado com as demais culturas no sudoeste gaúcho, percebe-se que esta lavoura ocupa significativos espaços, pois sempre esteve em franca expansão, tanto do ponto de vista de produtividade quanto de área cultivada. Neste sentido, a lavoura orizícola tem mantido sua área cultivável estabilizada, embora na última década tenha oscilado um pouco, em função da concorrência das lavouras argentinas e uruguaias.

A tabela 2 apresenta a área ocupada pelas lavouras da soja, do milho, sorgo e uva no sudoeste gaúcho, observando-se que em termos de área ocupada são bem menos representativas que a lavoura orizícola.

Tabela 2 - Cultivo de soja, milho, sorgo e uva na Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense no ano de 1995.

Microrregiões Geográficas	Soja (ha)	Milho (ha)	Sorgo (ha)	Uva (ha)
Campanha Ocidental	85080	34550	6230	18
Alegrete	6500	11000	4000	0
Barra do Quaraí*	-	-	-	-
Garruchos	18000	1000	400	0
Itaqui	8000	7000	500	2
Maçambará*	-	-	-	-
Manoel Viana	5500	3500	100	3
Quaraí	0	400	100	0
São Borja	40000	5500	500	5
São Francisco de Assis	7000	6000	200	5
Uruguiana	80	150	430	8
Campanha Central	25000	12500	1000	524
Rosário do Sul	3500	4000	500	1
Sant'Ana do Livramento	1500	4500	200	515
São Gabriel	20000	4000	300	8
Campanha Meridional	6300	13100	7857	183
Bagé	1500	3500	3800	163
Dom Pedrito	4000	3000	2000	9
Hulha Negra	300	4200	2000	10
Lavras do Sul	500	2400	55	1
Total	116380	60150	20085	725

* Municípios criados após o ano de 1995

Fonte: Fundação de Economia e Estatística (FEE), 1995.

Org.: Chelotti, M.C. (2002)

Em relação aos fatores que mais afetam a cadeia produtiva do arroz no Rio Grande do Sul destaca-se a baixa carga tributária que incide sobre as lavouras argentinas e uruguaias em relação à brasileira.

De acordo com FOZCHEZATTO apud YOKOYANA, RUCATTI; KLUTUCOUSKI (1999), a carga tributária do produto incidente no arroz em casca produzido no Brasil corresponde a 25,17%, agregando outras etapas, como frete, beneficiamento e comércio varejista, a carga tributária do produto pronto para o consumo atinge, este índice atinge 36,17%.

Estudo realizado pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS) em 1987 identificou uma incidência de 33% de tributos sobre as cadeias alimentícias nacionais. Neste sentido, estudos preliminares indicam que a carga tributária incidente sobre o complexo do arroz no Uruguai e Argentina é, respectivamente de 14% e 16%, o que revela, portanto, uma desvantagem enorme do Brasil neste seguimento produtivo.

Destaca-se, que tanto a lavoura gaúcha quanto à Argentina e uruguaia possuem características muito semelhantes, desde as características físicas onde esta lavoura está inserida com predominância de relevos suaves, como também nas características humanas; tendo em vista que parte dos orizicultores desses países, são brasileiros que imigraram em busca de condições mais favoráveis para desenvolver a lavoura orizícola.

Considerando os itens que elevaram o custo de produção da lavoura orizícola gaúcha em relação ao dos países do Mercosul, identificam-se algumas variáveis como:

a) Insumos: normalmente são mais caros no Brasil, enquanto um litro de herbicida empregado no cultivo do arroz custa US\$ 4,0 no Brasil, é adquirido por US\$ 3,5 na Argentina.

b) Máquinas e equipamentos: Apesar do Brasil contar com um importante parque de indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas, diferente dos países vizinhos, os preços praticados são em torno de 25% a 40% superiores. No Uruguai e na Argentina, as máquinas e equipamentos agrícolas são vendidos com isenção tarifária.

c) Mão-de-obra: No Brasil, o custo da mão-de-obra contratada é mais barato, entretanto, os encargos sociais acabam onerando severamente o custo de produção se comparado aos países vizinhos.

d) Custo financeiro: Atualmente, a agricultura brasileira praticamente não dispõe de crédito a taxas baixas, pois os recursos destinados à agricultura são captados em sua maior parte a taxas de mercado, que estão entre as mais caras do mundo, sendo este um dos mais graves pontos de estrangulamento da competitividade da lavoura orizícola gaúcha.

e) Custo da terra: O custo da terra arrendada é significativamente mais elevado no Rio Grande do Sul em comparação aos países do Mercosul. O custo de arrendamento atinge US\$ 150/ha no Rio grande do Sul, enquanto na Argentina oscila em torno de US\$ 64/ha.

f) Transporte: Com relação ao custo de frete da propriedade agrícola a indústria, é maior no Brasil, pois as distâncias são maiores e a maior parte do escoamento é realizado via rodoviária. Por outro lado, o custo de frete da indústria ao centro de consumo é menor no Brasil.

g) Carga tributária: Além do custo financeiro, a carga tributária, incidente sobre a cadeia da produção agrícola brasileira e das mais elevadas do mundo. Tomando-se como base o preço de venda final do arroz ao consumidor, a carga tributária é equivalente a 37%. No Uruguai, atinge 14% enquanto na Argentina é de 16%. Esta carga tributária, além de estimular a evasão fiscal e a sonegação no Brasil, penaliza intensamente a capacidade competitiva do arroz irrigado gaúcho.

O alto custo de produção da lavoura orizícola gaúcha é considerado pelos agricultores, como um dos principais problemas enfrentados pela lavoura orizícola no Rio Grande do Sul, como pode ser observado nas tabelas anteriores. Assim, as vantagens de produzir arroz em outras regiões ou até mesmo na Argentina e Uruguai tornam-se evidente na medida em que seus custos de produção são bem inferiores aos encontrados no Rio Grande do Sul, tornando-se, desta forma, áreas de atração de agricultores.

Assim, o fator terra aponta-se como um dos principais problemas enfrentados pelos orizicultores gaúchos, devido a mesma ser arrendada e o preço do arrendamento não ter reduzido com o decorrer do tempo, acompanhando as transformações que ocorreram na economia brasileira, com os diversos planos econômicos que foram instalados para tentar conter a inflação.

A presença de orizicultores brasileiros na Argentina e no Uruguai encontra-se associado aos atrativos governamentais que atraíram-nos em função das políticas públicas voltadas para o setor agrícola serem mais atrativas que as do Brasil. Além disso, os orizicultores têm acesso a terras mais baratas ou arrendamento com custos bem abaixo dos praticados no Rio Grande do Sul.

Para BENETTI (1994) apud HAESBAERT (1998, p. 61) dentre os fatores que teriam provocado essa expansão da fronteira agrícola gaúcha para os países do Mercosul encontra-se a [...] terra próxima, barata e de qualidade superior à encontrada no Estado; rentabilidade microeconomia mais favorável da lavoura em expansão (a do arroz); proximidade de mercado consumidor (o principal destino da produção uruguaia é o próprio Brasil) e custos de exportação competitivos.

Portanto, estes países membro do Mercosul privilegiam-se das normas afirmadas pelo “mercado” para exportar seu excedente para o mercado brasileiro. Nesta perspectiva, deve-se destacar que, enquanto o arroz é o alimento básico para a população brasileira, cujo consumo médio dos últimos anos foi de 72,0 kg/habitante, o mesmo não ocorre com a Argentina e Uruguai, que consomem, respectivamente cerca de 6 a 11 Kg/habitante/ano, tal como nos Estados Unidos, União Européia e demais países desenvolvidos.

Nos estudos de HAESBAERT (1998) analisando a questão da expansão da fronteira agrícola brasileira, estima-se que existam dois mil produtores rurais, os quais responderiam por mais da metade da produção de arroz, o mesmo se aplica ao caso argentino. Assim, fala-se de uma invasão brasileira no Uruguai, onde quatro milhões de hectares estariam nas mãos de estrangeiros, basicamente compostos por brasileiros. Destaca-se também que a maioria dos agricultores utilizam a mão-de obra brasileira (residentes nas antigas áreas de produção de arroz). Destacando-se, que grande parte dos produtores permanecem com propriedades ou residindo no Brasil.

O somatório da produção do Brasil e dos excedentes exportáveis da Argentina e do Uruguai totaliza cerca de 12,5 milhões de toneladas, suficientes para atender a demanda do Mercosul (12,1 milhões de toneladas). O Brasil é, portanto, o principal mercado de arroz dentre os três países (YOKOYANA; RUCATTI; KLUTHCOUSKI, 1999).

Neste contexto, por produzir arroz de excelente qualidade, semelhante ao do Rio Grande do Sul, o Uruguai tem mercado comprador garantido. As exportações de arroz uruguaio para o Brasil atingem mais de 80% do total das vendas. Além do Brasil, o Uruguai exporta arroz para o Oriente Médio, Europa e outros países da América Latina. Assim, a Argentina, com menor tradição de exportação que o seu país vizinho, tem no Brasil o seu grande comprador para a produção excedente.

Desta forma, dos países membros do Mercosul, o Uruguai é o maior exportador de arroz para o Brasil. Como o mercado brasileiro permite a absorção de sua produção, que é basicamente voltada para o mercado externo, sua produção tornou-se especializada na produção de arroz agulhinha que possui qualidade igual ao produzido no Rio Grande do Sul.

Outro fator que ameaça a sustentabilidade da lavoura orizícola gaúcha é a crescente participação da produção de arroz do tipo sequeiro cultivado no Centro-Oeste brasileiro, onde no decorrer do tempo as pesquisas e estudos para melhorar a genética da planta têm sido incentivados por parte dos órgãos públicos e privados.

Assim, o crescente incentivo à pesquisa ao arroz de sequeiro ou arroz de terras altas, tem feito crescer a participação da produção de estados como o Mato Grosso no cenário nacional, com plantio de variedades de rendimento e qualidades elevadas. Os

precursores da nova ascensão do arroz de sequeiro são os produtores de soja altamente tecnificados da região Centro-Oeste, que estão adotando o arroz como cultura de rotação e obtendo bons resultados econômicos, uma vez que os novos cultivares permitem colher arroz de qualidade e preço comparáveis aos do agulhinha produzidos no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Neste sentido, a região do Centro-Oeste esta se configurando como uma área de atração para a produção de arroz. A presença de agricultores gaúchos tem se acentuado no Centro-Oeste, para dedicarem-se a produção de soja ou criação de bovinos, e também atualmente, estão dedicando-se a pequenas experiências com o cultivo do arroz.

Verifica-se também, o deslocamento de unidades de empresas gaúchas destinadas ao beneficiamento de arroz, em direção ao Centro-Oeste, que se dá na medida em que os custos de produção do arroz de sequeiro estão bem abaixo do arroz irrigado, possibilitando desta forma, um maior rendimento para as empresas. Pode-se citar como exemplo à “Agroindustrial Domingos Casarin” de Pelotas e a “Urbano Agroindustrial” de São Gabriel, que estão com unidades de beneficiamento em Sinop, estado de Mato Grosso.

Nesse contexto, torna-se bem claro que as políticas adotadas na década de 1970, na qual permitiram a expansão da lavoura orizícola no Rio Grande do Sul, objetivava basicamente a expansão da produção de grãos, não estando associada com uma verdadeira política agrícola. Utilizavam-se, para tanto, políticas compensatórias de garantia de preços mínimos, crédito e subsídios. O que de certa forma, possibilitou a inserção da orizicultura em áreas até então dominadas pela pecuária, alicerçada no arrendamento capitalista da terra. Neste período da economia brasileira, não eram priorizadas as questões que integram os custos de produção, gerenciamento da propriedade e competitividade. Fatores estes, que atualmente são os principais entraves da lavoura orizícola no estado do Rio Grande do Sul.

Conforme YOKOYANA; RUCATTI; KLUTHCOUSKI, (1999) na medida em que se transcorria a década de 80, os recursos governamentais para o custeio e comercialização foram reduzidos, sendo intensificados após o Plano Cruzado. Enquanto que na década de 1990, o Brasil incorporou as tendências internacionais de mercados globalizados e abertos as políticas de governo voltadas aos objetivos de integração, exigindo assim, a participação efetiva da iniciativa privada, reduzindo o protecionismo e evoluindo para os conceitos de eficiência e competitividade.

Torna-se evidente, que com a abertura econômica e a posterior integração regional representada pelo Mercosul, impõe-se maior especialização na produção, a partir da geração e difusão de tecnologia, aliada a eficiência na administração da propriedade. Assim,

é fundamental que a orizicultura gaúcha passe por um processo de reestruturação de seu sistema produtivo, com o objetivo de adequar-se a um mercado mais competitivo, fundamentado em ações de modernização e reorganização da atividade em busca da sustentabilidade, associada ao ajuste tributário no Mercosul. Mas ressalta-se que estas medidas não são possíveis de serem realizadas sem a presença da esfera federal em adotar uma política agrícola capaz de manter o homem no campo, de forma justa e compensatória.

No entanto, a abertura econômica representada inicialmente pelo Mercosul e, a falta de uma política agrícola que beneficie os produtores brasileiros gerou nos últimos anos, um certo desconforto por parte dos produtores rurais, especialmente os agricultores que se destinam a produção de arroz irrigado principalmente no sudoeste gaúcho.

Verificou-se nas últimas safras, várias reivindicações foram levantadas por estes agricultores, que estão observando o sucateamento de suas lavouras. Desta forma, essa indignação com a falta de interesse por parte do poder público tem sido manifestada através de barricadas, nas fronteiras por onde o arroz argentino e uruguaio costuma ser exportado para o Brasil, no qual o Rio Grande do Sul assiste de camarote a passagem do arroz que tem no incentivo de sua produção e na política agrícola diferenciada o seu suporte para a produção.

Assim, tomando por base à imprensa escrita verificou-se que no período de 1999/2000 as reivindicações por parte dos orizicultores gaúchos tomaram uma conotação nacional, na medida em que se mostrou para a sociedade a importância dessa lavoura para a economia brasileira, de modo a garantir da autonomia e a segurança alimentar do Brasil.

No entanto, o período correspondente ao da safra 1999/2000 foi marcado pela luta de interesses entre o governo federal em insistir nos acordos firmados com o Mercosul e, entre os agricultores, que se encontravam lesados em função de não conseguirem cobrir os custos de sua produção.

4. Considerações finais

Na medida em que a lavoura orizícola consolidou-se no espaço agrário gaúcho, principalmente no sudoeste do estado, ela foi capaz de dividir espaços substanciais com a pecuária de corte, até então, principal atividade econômica. Percebe-se, a partir de então, a formação e organização de uma cadeia produtiva no decorrer das décadas, basicamente voltada para o abastecimento do mercado interno, formado pelo grande mercado consumidor do sudeste brasileiro.

As desvantagens econômicas da lavoura orizícola gaúcha têm propiciado nos últimos anos, a transferência (migração) de vários agricultores para os países vizinhos. Na década de 1990, o deslocamento de agricultores para a região Centro-Oeste brasileiro, intensificou-se influenciado pelo ganho de produtividade do arroz de sequeiro nas últimas safras e também pelo custo de produção bem mais abaixo do que o arroz irrigado cultivado no sudoeste do Rio Grande do Sul.

Portanto, percebe-se, na atualidade, que a lavoura orizícola gaúcha passa por uma fase de adaptação em função das novas exigências impostas pelo mercado, principalmente em função dos acordos estabelecidos com o Mercosul.

Destaca-se também, o que se assiste atualmente é o reflexo das políticas públicas adotadas pelo governo federal, que visa não mais o protecionismo da lavoura orizícola como acontecia na década de 1970, mas sim, a abertura do mercado para a concorrência de outros mercados, nesse caso o regional.

Neste contexto, acredita-se que a atual discussão referente a sustentabilidade da lavoura orizícola no sudoeste gaúcho deverá partir da análise de vários fatores como, o endividamento de muitos agricultores, o alto custo do arrendamento da terra, a questão da irrigação associada com a política de recursos hídricos e, a degradação das terras.

No entanto, apesar da intensa crise vivenciada pela lavoura orizícola na década de 1990, essa lavoura mantém-se como a principal arrecadadora de impostos e geradora de empregos para os municípios do sudoeste gaúcho.

5. Bibliografia Básica

ANUÁRIO DA AGRICULTURA BRASILEIRA. **Agrianual**. 2000.

ARROZ: entre a cruz e a espada. **Revista a granja**, São Paulo, nº 13, 1998/1999.

BALDI, N. Mercado preocupa arroseiros gaúchos. **Zero Hora**, Porto Alegre, 19 mar. 2000.

BESKOW, P. R. **O arrendamento Capitalista na Agricultura**. São Paulo: HUCITEC, 1986.

BRUM, A J. **Modernização da Agricultura Trigo e Soja**. Petrópolis: Vozes, 1988.

CARVALHO, Y.M.C. de. Desafios da agricultura para o desenvolvimento sustentado. **Informações Econômicas**, São Paulo, v 27, n 5, maio1997.

COSTA, R. H. da. **RS: Latifúndio e Identidade Regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

CORREA, J. **Arroseiros pedem revisão de acordo**. Zero Hora/27/04/00 caderno Campo & Lavoura. Ano 36 nº 12670.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Plano de Reestruturação Econômica para a Metade Sul do RS**. Relatório Final. Volume VIII – Estudos Setoriais. Engevix Engenharia S/C. LTDA.1996.

GUIMARÃES, E. P.; SANT'ANA, A. Sistema de cultivo. In VIEIRA, N.R. de A. (Org) **A cultura do arroz no Brasil**. Santo Antonio de Goiás: EMBRAPA Arroz e Feijão. 1999.

HAESBAERT, R. Região e Redes Transfronteiriças em áreas de migração brasileira nos países do Mercosul. In STROHAECKER, T.M. et al (Orgs) **Fronteiras e Espaço Global**. Porto Alegre: AGB/Porto Alegre, 1988.

LAVOURA ARROZEIRA, **Crescimento e desenvolvimento, sistematização e preparo do solo**. Porto Alegre, v 49, nº 426, mar/jun. 1996.

MOREIRA, I. A.G; COSTA, R. H. da. **Espaço e Sociedade no RS**. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

MOREIRA, R. S; MANDUCA, J. A. Comercialização. In VIEIRA, N.R. de A. (Org) **A cultura do arroz no Brasil**. Santo Antonio de Goiás: EMBRAPA Arroz e Feijão. 1999.

MÜLLER, G. O Agrário Verde Amarelo, Hoje e Amanhã. **Revista de Geografia Brasileira**, v 54, nº 04, p. 30-45. out/ dez. 1992.

SOUZA FILHO, F. R. de. As transformações no Espaço Agrário "Sul – Rio – Grandense" pós 1960. Porto Alegre. **Cadernos de Sociologia** – nº especial, p.74-94. out/ 1994.

TAMBARA, E. **RS: Modernização & Crise na Agricultura**. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1983. 95 p. (Série documenta, 27)

VIEIRA, E.F.; RANGEL, S. **Geografia Econômica do RS: Espacialidade/Temporalidade na organização rio-grandense**. Porto Alegre: Sagra/ DC Luzzatto, 1993.

YOKOYAMA, L. P; RUCATTI, E. G. KUTHCOUSKI, J. Economia da produção: conjuntura, mercados e custos. In VIEIRA, N.R. de A. (Org) **A cultura do arroz no Brasil**. Santo Antonio de Goiás: EMBRAPA Arroz e Feijão, 1999.